



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ Estado de São Paulo

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico nº 06/2025

Processo Administrativo nº 225/2025

Impugnante: A.S.S. Jardim Produções – ME

Assunto: Pedido de inclusão de exigência de atestados de capacidade técnica no edital

Autoridade competente: Pregoeiro da Câmara Municipal de Mongaguá

Data: 12/12/2025

A empresa **A.S.S. Jardim Produções – ME** apresentou impugnação ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 06/2025**, alegando, em síntese, que a ausência de exigência de **atestados de capacidade técnica** comprometeria a seleção da proposta mais vantajosa e violaria princípios licitatórios, requerendo a retificação do edital ou a anulação do certame.

Passo à análise.

DA ANÁLISE

1. Sobre a possibilidade de exigir qualificação técnica na Lei nº 14.133/21

A Impugnante fundamenta seu pedido no **art. 5º, II, “d”** e no **art. 67, III**, da Lei nº 14.133/21. De fato, a legislação **autoriza** a Administração a exigir comprovação de capacidade técnica, nos seguintes termos:

- **Art. 67, III, Lei 14.133/21:** possibilidade de exigir “comprovação de qualificação técnica profissional ou operacional”, a ser demonstrada por atestados.





Assim, a Administração tem discricionariedade técnica para definir, nos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência, quais requisitos são necessários sem restringir indevidamente a competitividade, vedadas exigências excessivas que limitem o caráter competitivo da licitação.

Embora o serviço envolva transmissão audiovisual, a execução ocorre com equipamentos fornecidos pela própria contratada, e que serão previamente instalados, testados e validados antes do início dos serviços (item 1.3.1 do TR).





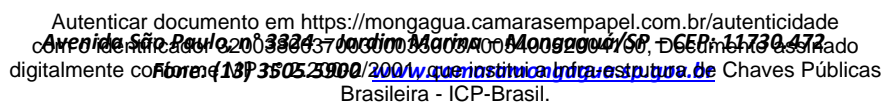
A qualidade da transmissão, portanto, será garantida durante a execução. por meio de requisitos mínimos de tecnologia e operação, obrigações contratuais claras, fiscalização contínua, regime de penalidades (art. 155 a 160 da Lei 14.133/21, incorporados ao TR)

Exigir atestados, portanto, não é imprescindível para a segurança da contratação.

O edital deve sempre ser interpretado em favor da ampliação da disputa, conforme expressamente determinado no próprio TR:

A exigência de atestados, em serviços amplamente difundidos no mercado audiovisual local, poderia reduzir o número de participantes, restringindo o certame a poucas empresas previamente contratadas pelo setor público, contrariando as disposições legais que proíbem exigências desnecessárias que restrinjam a competição.

A jurisprudência citada pela Impugnante não afasta o fato de que a Administração não é obrigada a exigir atestados quando não houver justificativa técnica concreta, como no presente caso.





Após análise da legislação aplicável, do Termo de Referência e dos argumentos apresentados, não se verifica qualquer ilegalidade na ausência de exigência de atestados de capacidade técnica.

DECISÃO

Comunique-se à Impugnante.

Publique-se no Portal de Compras.

Anexe-se ao processo.

Josué Sanches

Pregoeiro

Câmara Municipal de Mongaguá

Ciente:

Luiz Berbiz de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Mongaguá

